

UNIDADE 2

O coronelismo e a República Velha

Introdução

Esta segunda Unidade da disciplina História do Brasil República I tem como objetivo maior o estudo e a discussão do Coronelismo no Brasil. Esta é uma unidade que exigirá de você a compreensão e aplicação de conceitos, bem como compreender que os mesmos são datados, pois que não podemos “sair por aí” dizendo que em tal e tal lugar existe o sistema coronelista. Mesmo assim, essa afirmação é corriqueira.

Para tanto, a compreensão do conceito, de sua longevidade, de outros conceitos que se relacionam como o coronelismo será de grande valia para o nosso estudo.

Você se defrontará com um texto simples e objetivo, além disso, tal material pretende estimular que você busque além das páginas escritas aqui um diálogo com o seu professor e seus colegas no sentido de irem além.

Desejamos boa aula!

2.1 O coronelismo como fenômeno político no Brasil

Você observou bem o *cartoon* intitulado “A phase habitual do Zé”? Percebeu a crítica feita à nossa sociedade nos anos de 1910? Podemos notar questões ligadas às eleições e o interesse direto dos políticos nos processos eleitorais, e associar isso à condição de vida dos populares, dos contribuintes, como o Zé Pagante, personagem da figura, que continua a mesma.

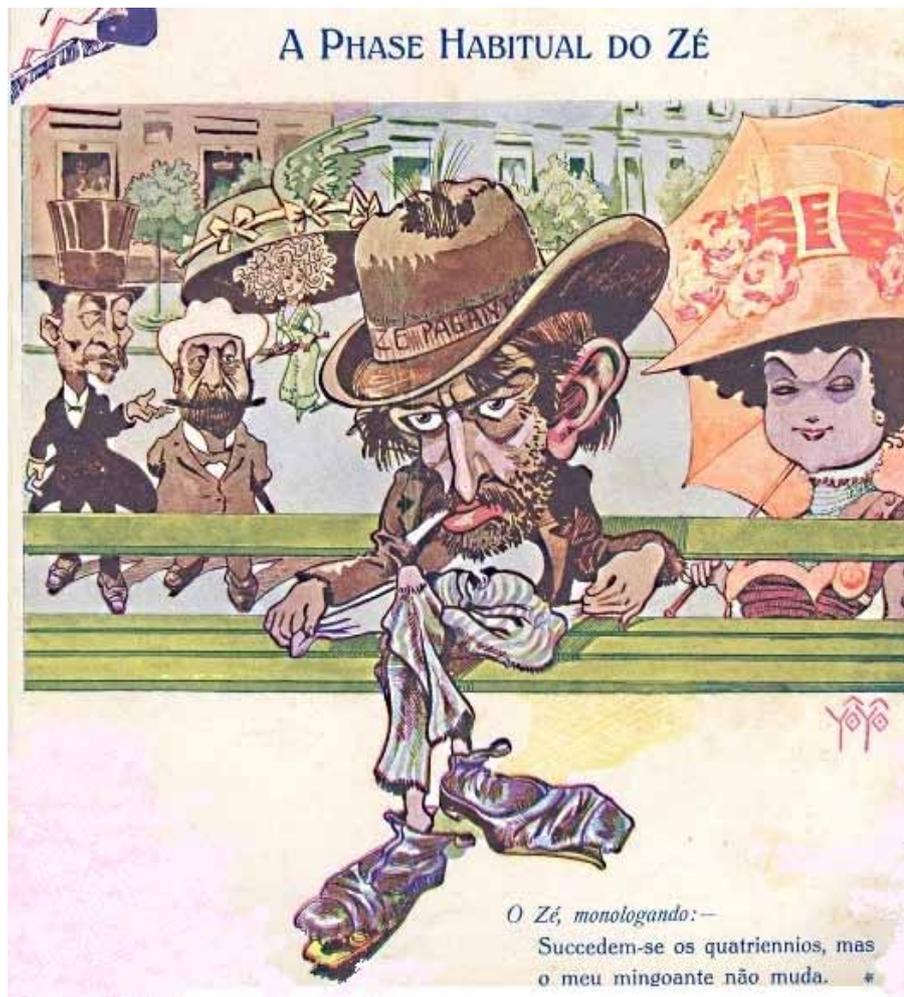
Olhando de “baixo para cima” para a nossa estrutura de poder, o povo realmente aparece, mas numa condição de “coitado”, de subjugado. Que lógica coronelista é essa que se transformou num fenômeno político no Brasil? Como conceituar o coronelismo e de onde vêm as suas raízes? Como o povo se comportava diante desse fenômeno?

A partir desses questionamentos vamos refletir sobre o fenômeno coronelista como algo marcante da República Velha Brasileira. Inicialmente, já sabemos então que tal conceito não deve ser usado fora desse tempo histórico.

Não basta pensar apenas no fenômeno do coronelismo para compreendê-lo. É preciso pensar em outros conceitos que o fundamen-

Figura 13: Neste *cartoon* da revista paulistana **A Lua**, de março de 1910, a personagem **Zé Pagante** protesta: “Sucedem-se os quadriênios, mas o meu minguante não muda.”

Fonte: http://4.bp.blogspot.com/_Rrat-2TctWyg/TJjPj50yHXI/AAAAAAAAAj8/j9Fb_98f758/s1600/A+L+ua,+n%C2%BA+8,+mar%C3%A7o+de+1910.jpg
Acesso em 15/11/2010.



O Zé, monologando:—
Sucedem-se os quadriênios, mas o meu minguante não muda. #

tam, caracterizam e até se confundem com ele. Referimo-nos aos conceitos de Mandonismo e Clientelismo. Para tal, utilizaremos os estudos de José Murilo de Carvalho (1970) e de Maria Izaura Pereira de Queiroz (2004).

Buscando responder de onde/quando vem a noção de coronel, apoiamos no texto de Maria Izaura P. Queiroz para confirmar que desde 1832, no Império Brasileiro, os coronéis existiam como título doado a pessoas que garantiriam a ordem imperial e defenderiam a Constituição de 1824. Ainda, auxiliariam na manutenção da ordem prevenindo revoltas e promoveriam o policiamento regional e local. Eram coronéis os chefes locais que ocupavam, na Guarda Nacional, os postos mais elevados. Apesar da Guarda Nacional ter sido extinta logo após a Proclamação da República, o termo coronel continuou a ser usado para denominar as pessoas que dominavam grande parte de poder político e econômico (QUEIROZ, 2004, p.155-6).

A Guarda Nacional foi uma instituição patrimonial responsável pela interligação dos proprietários rurais com o governo. Os oficiais da Guarda Nacional compravam suas patentes e fardavam as tropas com recursos próprios. José Murilo de Carvalho é esclarecedor quanto ao assunto, vejamos:

Não se resumia à Guarda Nacional o ingrediente patrimonial do sistema imperial. Os delegados, delegados substitutos, subdelegados e subdelegados substitutos de polícia, criados em 1841, eram também autoridades patrimoniais, uma vez que exerciam serviços públicos gratuitamente. O mesmo pode ser dito dos inspetores de quarteirão, que eram nomeados pelos delegados. Praticamente toda tarefa coercitiva do Estado no nível local era delegada aos proprietários. Algumas tarefas extrativas, como a coleta de certos impostos, eram também contratadas com particulares. O patrimonialismo gerava situações extremas como a de um município de Minas Gerais onde os serviços patrimoniais, assim como os cargos eletivos de juiz de paz, vereador e senador estavam nas mãos de uma só família. Treze pessoas ligadas por laços de parentesco ocupavam quase todos os postos, algumas acumulavam cargos eletivos e patrimoniais, como o de vereador e os de comandante da Guarda Nacional e subdelegado.(...) A Guarda era uma organização criada pelo governo e controlada pelo ministro da Justiça; os cargos de delegado e subdelegado de polícia foram criados para esvaziar as funções dos juizes de paz, autoridades eletivas. Na medida em que os proprietários rurais controlavam a eleição dos juizes de paz, o esvaziamento do poder destes em benefício de uma autoridade patrimonial era uma perda de poder para aqueles (CARVALHO, 2004, p.10-11).

Percebemos nos dizeres de Carvalho que o Estado se utilizava da Igreja Católica para realizar uma série de atividades que o mesmo ainda não tinha como executar: registros de casamento, de nascimento e de morte dos indivíduos. Além disso, os Padres, no período imperial, tinham o papel “importante nas eleições, que eram realizadas dentro das igrejas” (2004, p.10). Além do Estado se utilizar dos serviços dos clérigos, é inegável que a preocupação estatal direcionava-se em outro sentido:

A tendência era claramente no sentido de reduzir, até a eliminação, os resíduos patrimoniais da administração em favor da burocracia do Estado. Na República, as tarefas de manutenção da ordem passaram todas para a burocracia, na medida em que delegados se tornaram funcionários públicos e os estados aumentaram rapidamente o efetivo de suas polícias militares que substituíram a Guarda na sua função original. A Igreja também foi separada do Estado, tendo sido instituído o registro civil (CARVALHO, 2004, p. 10-11).

Foi exatamente no contexto descrito por CARVALHO que podemos afirmar que surgiu o coronelismo: quando o patrimonialismo recuou e a burocracia avançou.

Então, como definir coronelismo? O trabalho de Victor Nunes Leal foi responsável pela ampliação desse conceito. Leal entendia por coronelismo um sistema, uma estrutura desenvolvida na primeira República brasileira a partir do município. Sendo assim, podemos entender o coronelismo como “um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. O coronelismo, além disso, é datado historicamente” (LEAL citado por CARVALHO, 1997, p.1). O período histórico a que o autor se refere é a Primeira República, que durou de 1889 até 1930.

No quadro podemos visualizar as forças políticas desse período em torno do que conhecemos como coronelismo.

PARA REFLETIR

Estudos recentes voltados para a classe média urbana e seu papel na passagem do Império para a República revelam que ela não era portadora de vocação democrática, não estava insatisfeita com o estado de coisas reinante e não afrontava a classe dominante.

Dependente da elite agrária no Império, não terá situação muito diferente nas primeiras décadas da República e será, como regra, elitista, conservadora, anti-industrialista, agrarista. Longe de opor-se às oligarquias agro-exportadoras, identifica-se com seus valores aristocráticos, cultiva os mesmos gostos e opiniões, depende economicamente dela e assume posições no máximo reformistas, o que lhe permite aliar-se politicamente aos oligarcas sempre que os interesses destes pedem novas palavras de ordem e a ampliação do apoio da sociedade civil.

Fonte:
PATTO, Maria Helena Souza. **Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres.** *Estud. av.* [online]. 1999, vol.13, n.35, pp. 167-198. ISSN 0103-4014.

QUADRO 1: Forças políticas na República

O FEDERALISMO REPUBLICANO	O federalismo implantado pela República substituiu o centralismo imperial. Criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado. O antigo presidente de Província, durante o Império, era um homem de confiança do Ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na Província à qual era, muitas vezes, alheio. No máximo, podia preparar sua própria eleição para deputado ou para senador.
GOVERNADOR REPUBLICANO	Era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, era o chefe da política estadual. Em torno dele se arregimentavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes. Seu poder consolidou-se após a política dos estados implantada por Campos Sales em 1898, quando este decidiu apoiar os candidatos eleitos “pela política dominante no respectivo estado”. Segundo Sales, era dos estados que se governava a República: “A política dos estados [...] é a política nacional” (Sales, 1908:252).
DECADÊNCIA ECONÔMICA DOS FAZendeiros	Esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel.
GOVERNO, CORONEL E SISTEMA	Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos.

Fonte: Adaptado de CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados [online]. 1997, vol. 40, n.2 ISSN 0011-5258. doi: 10.1590/S0011-52581997000200003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext Acesso em 10/06/2010.

Feito esse esclarecimento sobre coronelismo, pensemos a respeito de dois outros conceitos que por vezes se confundem com o coronelismo: mandonismo e clientelismo.

Falar em mandonismo é o mesmo que pensar nos mandões, nos potentados, nos chefes, no coronel, nesses indivíduos que detinham algum controle de recursos estratégicos. Quase sempre esses recursos estavam ligados à posse da terra. Diversos filmes e principalmente novelas de emissoras de TVs brasileiras colocam esse tipo de característica comum à nossa história em suas tramas, exprimindo muito bem essa característica de nossa política. Sendo assim, o mandonismo não é um sistema, mas apenas uma característica de nosso modo de fazer política. Identificamos o mandonismo em toda a nossa história e não podemos dizer que coronelismo seja igual a mandonismo. Embora o coronel possa ser um “mandão”, distinguimos o coronelismo como um sistema. Além disso, o coronel não era apenas o latifundiário, isolado em sua fazenda, mas também o médico, o comerciante, o padre, etc.

Já o clientelismo pode ser entendido como sendo as relações estabelecidas entre os atores políticos na concessão de benefícios públicos (voto, emprego, apoio político). Assim conceituado, o clientelismo é característica do coronelismo, assim como o mandonismo, o clientelismo se apresenta como característica do período histórico da Primeira República, não podendo ser entendidos como sinônimos. Para o estabelecimento das relações clientelares nem sempre teremos o coronel, mas políticos e instituições que têm algo a barganhar, podendo ocorrer na cidade ou no campo. Atualmente ainda assistimos a críticas em TVs, jornais, revistas e internet referentes a essas relações clientelares estabelecidas entre governo, políticos e população pobre. Vejamos um exemplo:

Exemplo claro dessa situação é o da cidade que na década de 60 era dominada por duas famílias, cujo poder se baseava simplesmente na capacidade de barganhar empregos e benefícios públicos em troca de votos (Carvalho, 1966). As famílias não tinham recursos próprios, como os coronéis, e o fenômeno não era sistêmico, embora houvesse vínculos estaduais e federais. Por vários anos as duas famílias mantiveram o controle político da cidade, alternando-se no poder. Os resultados eleitorais eram previstos de antemão com precisão quase matemática. Os votos tinham dono, eram de uma ou de outra família. Tratava-se de um caso exacerbado de clientelismo político exercido num meio predominantemente urbano. Não se tratava de coronelismo (CARVALHO, 2004, p.4).

Segundo José Murilo de Carvalho, autor em que baseamos essas análises, o coronelismo existiu como fenômeno no Brasil no período da República Velha e não fora desse período, como já apontava Leal em seu estudo anterior. O clientelismo existiu durante toda a nossa história, mas ganhou ênfase pós anos 1930, com o término do coronelismo. Já o mandonismo foi bem característico do Brasil Colonial, Imperial e República Velha, perdendo força com o avançar das noções de cidadania.

2.2 O poder dos coronéis

Novos tempos, antigas questões

“O Brasil vem sendo sacudido por uma sucessão interminável de denúncias e de práticas comprovadas de corrupção, que criam um desalento e um pessimismo tão profundo na população a ponto de esta considerar [que] os políticos e os governantes em geral não passam de corjas de ladrões. Não é para menos: a corrupção inscreveu-se na normalidade da vida pública brasileira...

O que confere normalidade à corrupção no Brasil é a sua extensão, o seu caráter histórico-cultural e a sua impunidade. Recapitem-se as principais denúncias dos últimos tempos: compra de voto na reeleição, jogo de cartas marcadas nas privatizações das teles, corrupção e nepotismo no judiciário...

Diariamente, surgem denúncias por todo o país envolvendo vereadores, prefeitos, governadores, deputados, secretários, ministros, funcionários públicos, fiscais, chefes administrativos, juizes, policiais, e assim por diante. Ladeando-a e fundindo-se com a corrupção temos o neopatrimonialismo, que, em síntese, pode ser definido como o uso do cargo público para constituir privilégios privados.

O apossamento ou utilização do cargo público de forma privada para auferir privilégios, bens materiais, recursos pecuniários, prebendas, recompensas disfarçadas em direitos, etc, é uma prática entranhada em nossa história e em nossa cultura. Embora sobreviva na República até os nossos dias, trata-se de uma prática anti-republicana: ela rompe com os princípios da equidade, da justiça e da igualdade perante a lei e ignora a essência mesma da República como coisa pública comum ao apropriar privadamente os bens públicos.

Trata-se de um enorme engano supor que as práticas patrimonialistas tenham desaparecido em nossos dias. Elas se revestem de inúmeras faces, umas ilegais outras legais.”

José Genoíno. O Estado de São Paulo. São Paulo, 13 de março de 2000.

Como você pode perceber a partir da leitura do texto do Deputado José Genoíno, publicado em jornal de circulação nacional, em 2000, ainda percebemos resquícios de processos históricos muito longos em nossa história.

O contexto narrado pelo autor nos faz lembrar práticas clientelares das quais já falamos e que muito se confundem com práticas coronelistas. Ao passo que a noção de cidadania vai ganhando força, o mandonismo vai perdendo espaço. Pensemos que durante a República Velha houve a construção de um Estado que permitiu a “utilização de cargos públicos para auferir privilégios”, ou seja, um Estado patrimonial. Para José Genoíno, essa prática não é Republicana, pois não entende o Estado como de todos, como direito de todos. Todavia, tal prática fez-se presente no processo de constituição do Estado Republicano brasileiro e dela ainda temos notícias nos dias atuais.

No segundo parágrafo do texto de Genoíno, notadamente a parte referente à compra de voto nas eleições, esse contexto, sim, nos remete ao momento histórico corriqueiro na República Velha. Partindo desse tipo de leitura, procuraremos compreender nesse item como os diferentes atores sociais estabeleciam relações no período em que o coronelismo existiu como um sistema político. Iniciemos analisando a figura.



◀ Figura 14: Charge criticando o voto “de cabresto”.

Fonte: http://2.bp.blogspot.com/_CNwegA21-cl/TlmumxbPpvl/AAAAAAAAAYo/v52gH2jWKA/s400/coronelismo.gif acesso em 16/02/2011.

A conhecida expressão “voto de cabresto” existe até os dias de hoje. No passado, indicou a caracterização do processo eleitoral em que o eleitor não possuía autonomia de escolha para dar seu voto. Existia ainda uma “teia” que acabava por envolvê-lo na manutenção de uma dada situação que resultava na continuidade do poder do coronel, cujo domínio local e regional tinha a capacidade de submeter pessoas e famílias inteiras.

Para se ter uma ideia do que estamos dizendo, convém lembrar o que disse Queiroz. A autora afirma que, se alguém perguntasse quem era um “tal fulano” na República Velha, esse responderia que: “sou gente de tal coronel” (grifo nosso, QUEIROZ, 2004). Desse modo, já saberíamos a qual lugar socioeconômico aquela pessoa pertenceria, bem como a sua posição política. Interessante observar que o termo “gente” indicava que não eram pessoas do mesmo nível social. Esse termo indica que a pessoa é de nível inferior, podendo ser até parente do coronel, mas “aquele” parente pobre. No geral, observamos que numa simples resposta, a pessoa logo apresentava a sua posição quanto à política local, se contrário ou favorável aos diversos coronéis existentes numa dada região. Essas pessoas são clientes, são apaniguados dos coronéis, constituem a sua clientela. Logo, também herdaram os inimigos dos coronéis que apoiam.

Diante disso vale ressaltar a vocês que o poder político do coronel é medido pelo seu poder de voto, ou seja, a quantidade de votos que o mesmo conseguia angariar. A estrutura é a seguinte:

1º Coronel

2º Cabo Eleitoral

3º Eleitores

O cabo eleitoral tem a função de organizar a massa, mantendo-a em forma para o período eleitoral. Ele é o elemento fundamental para o coronel, pois mantém a ligação entre ambos. Dissemos anteriormente que o mandonismo é também uma característica do coronelismo, lembra-se?

Então, vamos compreender que existem também, além do sistema bem estruturado de “cabos eleitorais”, outras formas de mando bem sutis. Observamos que existiam hierarquias entre os mandões regionais, certo? Assim,

GLOSSÁRIO

Parentela: Entendemos por parentela brasileira um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam o grupo pai, mãe e filhos), vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independente; as famílias podem se encontrar dispersas a grandes distâncias umas das outras; o afastamento geográfico não quebra a vitalidade dos laços ou das obrigações recíprocas. Sua característica principal é a estrutura interna complexa que tanto pode ser do tipo igualitário, quanto do tipo estratificado.

Fonte: QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. 2004, p. 165. In: FAUSTO, Boris (dir). O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 165.

GLOSSÁRIO

Oligarquia: segundo Platão, é o sistema de governo no qual uma determinada elite econômica exerce o poder político exclusivamente segundo os próprios interesses, sem se pautar nos anseios da maioria.

No Brasil, durante a chamada república oligárquica (1894-1930), a elite cafeeira, principalmente a paulista, dominava o cenário político nacional, impondo seus candidatos mediante o clientelismo e o coronelismo. Foi nessa conjuntura que Rodrigues Alves (1848-1919), cafeeiro paulista, foi eleito presidente da República entre 1902-1906, período no qual eclodiu a Revolta da Vacina. Dentre as atitudes da elite cafeeira em defesa de seus próprios interesses, destacaram-se práticas como a socialização das perdas, que desvaloriza a moeda nacional para manter lucro dos fazendeiros na hora de converter suas libras, e o Convênio de Taubaté, em que se decidiu que o governo federal compraria o excedente de café produzido para evitar que o excesso de oferta reduzisse o preço do produto no mercado internacional.

Fonte: BICHARA, Conrado Ferranti. Resistência na veia. Revista Desvendando a História. São Paulo, ano 3, nº15, 2007, p.37.

existiram no Brasil coronéis de vários graus, desde o pequeno coronel não dominando senão uns 20 eleitores, até o grande coronel, o mandão nacional com outros níveis de coronéis abaixo dele. [...] A multiplicidade dos coronéis é, assim, o aspecto essencial, a originalidade da estrutura política do Brasil, na Primeira República, traço que se prende diretamente à estrutura socioeconômica tradicional do país, fundamentada em grupos de parentela que são ao mesmo tempo grupos de parentesco de sangue com suas alianças, e grupos de associados econômico-políticos (QUEIROZ, 2004, p.159).

Para além da coação física e do poder econômico dos coronéis para conseguirem o voto, também há que se considerar o poder de barganhar. Os políticos precisavam de seus eleitores e deviam servi-los (benesses e favores) em troca do voto.

Ainda no período imperial votavam apenas aqueles que comprovassem renda mínima de 200\$000 (alta quantia para a época), e o voto dessas pessoas constituía um bem valorizado e por isso algo que lhe dava poder de barganha. Com a República, esse critério financeiro caiu, prevalecendo a negativa do voto para analfabeto e para as mulheres. Ainda assim, houve a ampliação do colégio eleitoral, mas a prática da barganha continuou.

Para Queiroz, é preciso rever a lógica da expressão “voto de cabresto”, pois a exigência de um coronel para que os seus eleitores em potencial votassem no candidato por ele indicado (ou imposto) exigia em contrapartida o dever moral desse coronel, o qual acaba por assumir a defesa e o auxílio de seu eleitor, sempre que fosse necessário. Sendo assim,

... votar num candidato indicado por um coronel não é aceitar passivamente a vontade deste; é dar conscientemente um voto a um chefe poderoso, de quem já se obteve algo, ou se almeja obter algo. O voto é, pois, consciente, mas orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa; no primeiro caso, o voto é um bem de troca; no segundo caso, o voto é a afirmação pessoal de uma opinião. (QUEIROZ, 2004, p.163).

Isto se deve ao fato de que a nossa sociedade foi fundamentada no “dom” dentro de uma parentela ou mesmo na relação de diferentes camadas sociais. Esse modelo acabou por se estender ao setor político de modo que uma dada causa de um coronel é também a causa de seus apaniguados. Entretanto, não podemos deixar de enfatizar outro lado dessa relação. Também foi recorrente o fato de uma pessoa ou um grupo não votarem num dado indivíduo indicado pelo coronel, nesses casos tais indivíduos sofriam processos violentos e as eleições, certamente, ocorreriam de modo fraudulento.

Com relação à fortuna do coronel é importante lembrar que no imaginário brasileiro este aparece como sendo aquele grande proprietário de terras. Isso é verdade, mas não pode ser entendido como sendo apenas esse tipo de pessoa com essa condição social. Sabemos que médicos, empresários, comerciantes e outros também foram considerados coronéis no tempo em que viveram. Visando exemplificar tal postulado, vamos aqui destacar um tipo de coronel bem diferente, denominado Delmiro Gouveia, pioneiro na industrialização do nordeste brasileiro. Vejamos:

Delmiro Augusto da Cruz Gouveia era filho ilegítimo de um fazendeiro e negociante de gado, Delmiro Porfírio de Farias, que morrera na Guerra do Paraguai, e de Leonilda Flora da Cruz Gouveia. De origem pobre, teve que trabalhar cedo para se manter e ajudar a mãe e aos 19 anos, mudou-se com ela para a cidade de Goiana, em Pernambuco e depois para o Recife. Foi bilheteiro da estação Olinda do trem urbano chamado maxambomba, trabalhando também na estação de Apipucos, bairro do Recife, e trabalhou ainda como despachante de barcaças. Interessado na compra e venda de couro e peles de cabras e ovelhas vai para o interior de Pernambuco, onde casou-se (1883) com Anunciada Cândida de Melo Falcão, na cidade de Pesqueira.

Trabalhou inicialmente como intermediário entre os produtores de peles de cabra, carneiro e couros de boi espalhados por todo o sertão nordestino e os comerciantes estrangeiros sediados no Recife. Trabalhou depois para a Keen Sutterly & Co., da Filadélfia, e tornou-se gerente de sua filial (1892). No ano seguinte, quando a matriz faliu, ele comprou seus escritórios no Recife e fundou a Casa Delmiro Gouveia & Cia (1896). Ligou-se à firma L. H. Rossbch, Brothers de Nova York e, com seu apoio financeiro e com postos de compra espalhados por todo o Nordeste, enriqueceu e tornou-se conhecido como o Rei das peles.

Partiu para outros empreendimentos e pela urbanizou o bairro do Derby, no Recife, onde só havia manguezais, abrindo ruas, construindo casas e um grande mercado modelo sem similar no Brasil, o Mercado Coelho Cintra (1899), incendiado (1900), reformado (1924) e hoje sede do quartel general da Polícia Militar de Pernambuco, e construiu uma refinaria de açúcar que chegou a

ser a maior da América do Sul.

Autoritário e de temperamento difícil, à medida que enriquecia criava mais inimigos, especialmente entre os políticos pernambucanos, o que o levou a se separar da esposa (1901) e a refugiar-se durante um ano na Europa. De volta ao Brasil, no ano seguinte fugiu com uma adolescente, Carmela Eulina do Amaral Gusmão, fixando-se em Vila da Pedra, uma localidade a cerca de 280 km de Maceió, hoje Delmiro Gouveia, perto do rio São Francisco, no sertão alagoano (1904), e voltou ao comércio de peles. Era um povoado formado por uma meia dúzia de casebres em torno de um terminal da ferrovia que unia Piranhas a Petrolândia, pela qual circulava um trem por semana.

Com apoio financeiro dos irmãos Rossbach, uniu-se a dois sócios italianos, Lionelo Iona e Guido Ferrário, fundando a firma Iona e Cia., com sede em Maceió. Para Pedra eram levadas peles e couros dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Sergipe, onde elas eram tratadas e enfardadas. Seguiam de trem até Piranhas, desciam o São Francisco até Penedo e por mar seguiam para Maceió, de onde eram exportadas para os Estados Unidos.

Em pouco tempo recuperou-se financeiramente e viajou diversas vezes à Europa e aos Estados Unidos, onde conheceu a nova revolução industrial provocada pelo uso da energia elétrica. Quando ele conheceu a cachoeira de Paulo Afonso, teve a idéia de realizar ali um grande projeto e trouxe um grupo de engenheiros e investidores estadunidenses (1909-1910), para o projeto e a construção de uma grande hidrelétrica, que geraria energia suficiente para iluminar e abastecer o Recife e um grande empreendimento agro-industrial nas terras em torno da cachoeira, em áreas da Bahia, Alagoas e Pernambuco a serem adquiridas pela empresa.

Porém, o governador de Pernambuco, Dantas Barreto, desconfiou da enormidade do projeto e o forçou a reduzir as dimensões do projeto. Com o apoio dos irmãos Rossbach, ele organizou a Cia. Agro-Fábrica Mercantil e com turbinas e geradores alemães e suíços, instalou, num dos saltos da cachoeira de Paulo Afonso, o de Angiquinho, no lado alagoano do rio, uma usina hidrelétrica que gerava 1.500 HP, com uma voltagem de 3 KV. Pessoalmente, escolheu, na Inglaterra, máquinas da indústria Dobson & Barlow, para uma fábrica, a Cia Agro-Fábrica, que iniciou (1914), a produção de linhas de coser, para rendas e bordados, fios e cordões de algodão cru em novelos, fios encerados e fitas gomadas para embrulhos. Essa indústria tinha características revolucionárias, no campo social, com uma vila operária, assistência médica, escola e cinema.

Este empreendimento, porém, passou a prejudicar o monopólio dos ingleses no setor, pois, com o início da Primeira Guerra Mundial, seus produtos escassearam no mercado e a produção da Pedra, a marca Estrela, logo se tornou conhecida por sua qualidade e resistência e obteve aceitação imediata.

Produzindo mais de 20 mil carretéis por dia, as linhas Estrela ganharam o Brasil e entraram nos mercados da Argentina, Chile, Peru e outros países andinos. A inglesa Machine Cotton, produtora das Linhas Corrente, reagiu registrando (1916) no Chile e Argentina a marca Estrela, forçando o produto brasileiro a ser reembalado com seus rótulos trocados, e em seguida, tentou comprar o parque industrial de Pedra.

Pressionado e irreduzível, resistiu às propostas de compra da fábrica e acabou sendo assassinado misteriosamente em Vila de Pedra (1917), município que hoje tem seu nome, aos 54 anos de idade, no terraço da sua casa, um crime que jamais foi esclarecido.

A Machine Cotton, uma das empresas mais ricas do mundo, comprou a Fábrica da Pedra. Algum tempo depois, a fábrica foi inteiramente destruída e seus restos atirados na cachoeira de Paulo Afonso.

Fonte: <http://cafehitoria.ning.com/profiles/blogs/delmiro-gouveia> acesso em 06/01/2011.

Um comerciante que se aloja em um determinado lugar, como o caso de Delmiro Gouveia, tem ali instalada a possibilidade de realizar diversos favores e estabelecer ligações com diversas pessoas por meio do elo do trabalho, facilitando a constituição de uma clientela natural de indivíduos que poderiam se beneficiar desse poder. Os comerciantes de origem humilde logo se transformavam em cabos eleitorais e em seguida ampliavam a sua fortuna, transformando-se em um coronel local de grande poder político. Esse parece ter sido o caso de Delmiro.

Vale ressaltar que ele vai tomar partido do coronel Aureliano Menezes que era o chefe político da oposição em Jatobá (hoje cidade de Petrolândia), opondo-se aos coronéis José Gomes e José Rodrigues. Estes se associam contra Delmiro e então aí está se armando um cenário propício às desavenças políticas e mesmo o assassinado de Delmiro Gouveia em 1917 (QUEIROZ, 2004,175).

O caso de Delmiro Gouveia nos chama a atenção ainda pelo fato de já observarmos as ten-

tativas de empresas internacionais se associarem ao capital brasileiro. Lembremos que o coronel em questão vivenciou os anos iniciais da nossa República e o contexto internacional da entrada de capital estadunidense e a continuidade do capital inglês nas Américas.

2.3 Economia e sociedade na Primeira República

QUADRO 2: Produtos de exportação brasileira – 1889-29 (em %)

	Café	Açúcar	Cacau	Mate	Fumo	Algo dão	Bor racha	Couros e peles	Outros
1889-1897	67,6	6,5	1,5	1,1	1,2	2,9	11,8	2,4	4,8
1898-1910	52,7	1,9	2,7	2,7	2,8	2,1	25,7	4,2	5,2
1911-1913	61,7	0,3	2,3	3,1	1,9	2,1	20,0	4,2	4,4
1914-1918	47,4	3,9	4,2	3,4	2,8	1,4	12,0	7,5	17,4
1919-1929	58,8	4,7	3,3	2,4	2,6	3,4	3,0	5,3	16,5
1924-1929	72,5	0,4	3,3	2,9	2,0	1,9	2,8	4,5	9,7

Fonte: VILELA, Annibal Villanova et al. Política do Governo e crescimento da economia brasileira – 1889 a 1945. Apud: Adaptado de FÁRIA, Ricardo de Moura et al. Estudos de História, v.3. São Paulo: FTD, 2009, p. 255.

ATIVIDADES

Leia atentamente a resenha do livro “Estradas de Ferro no Brasil” no link: http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/13_pereira.pdf Em seguida, poste seus comentários para o professor e demais colegas de turma no fórum da disciplina.

No quadro que destaca os produtos da exportação brasileira de 1889 a 1930, chamamos a sua atenção para debruçar sobre o mesmo um olhar comparativo. Pense então: qual é o produto que atingiu maior porcentagem na exportação brasileira para o período em questão? E qual o segundo grande produto de exportação podemos destacar no quadro?

Certamente essas questões são de simples identificação. Nossa intenção é tão somente chamar a sua atenção para a produção do café e da borracha no Brasil, mas ao mesmo tempo, como você percebeu, o açúcar, o cacau, o mate, o fumo, o algodão, o couro, as peles e outros produtos que também compunham o nosso rol de produtos de exportação.

Debruçaremos nosso olhar para buscarmos compreender mais detidamente sobre a importância dada ao café e, posteriormente, à borracha. Estudaremos então o impacto de tais atividades econômicas sobre a população brasileira durante a República Velha.

a) A sociedade do café

Os cafeicultores brasileiros de modo recorrente demonstravam a sua preocupação em conseguirem manter a valorização do café no mercado consumidor internacional. O território agrícola no país foi dando lugar a plantações de café, resultando numa quantidade significativa de grãos a serem exportados. Essa é uma situação que incorpora duplo problema, a saber:

- Era interesse dos agricultores manterem em alta o preço do café no mercado internacional apesar de haver grande produção no Brasil, e
- Era interesse dos agricultores solucionarem qualquer possibilidade de superprodução sem, no entanto, cortarem os pés de café.

Em 1906, o Convênio de Taubaté foi o meio encontrado pelos agricultores e os governos estaduais em solucionar o impasse. Desse modo, todas as vezes em que o café tivesse maior produção que a capacidade de exportação do país, o governo dos estados de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro comprometeram-se, com o aval do governo federal, em comprar o excedente da produção.

Até os anos de 1929, os cafeicultores não tiveram prejuízo, pois sempre encontravam compradores para o seu produto. A charge apresenta tal preocupação dos cafeicultores. O temor era realmente a superprodução, o que ocorreu em 1929, na Europa, e que afetou o Brasil, notadamente, a produção cafeeira.

Crise de ... superprodução?



◀ Figura 15: Charge Crise de superprodução?

Fonte: http://2.bp.blogspot.com/_aJT3I8ICB-8/StGHhLV5GI/AAAAAAAAARs/BQAYdlf9MNU/s400/crise%2Bde%2B29%2BIII.jpg Acesso em 10/02/2011.

Vale destacar que, antes da crise mundial do capitalismo, no decorrer do tempo os Estados tiveram que resolver diversos problemas encontrados, tais como a questão da mão de obra (resolvida com a imigração) e a necessidade de construção de uma rede de transportes no Brasil.

A rede ferroviária brasileira tinha pouco mais de nove mil quilômetros de estrada férrea sem interligação interna. A chamada Estrada de Ferro Noroeste (Bauru/SP a Mato Grosso) e a ampliação da Estrada de Ferro Leopoldina fez aumentar para praticamente trinta e dois mil quilômetros a nossa rede de ferrovias. As estradas de rodagem também tiveram importância e ganharam espaço desarticulando, paulatinamente, as estradas ferroviárias.

Por volta dos anos 1930, já possuíamos pouco mais de 112 mil quilômetros de rodovias. Tão importante e necessária era a atenção aos transportes no país que o Presidente Washington Luis usou como lema do seu governo a máxima: "governar é construir estradas". No mapa observe o nosso sistema de transporte à época.

O fato de possuímos um mercado interno modesto não inviabilizava a sua existência e a importância de estudá-lo nas teses de História. De todo modo, é importante afirmar que a economia "maior" voltava-se para o exterior. A exemplo do Rio Grande do Sul podemos vislumbrar o potencial de tal região em atender ao mercado interno brasileiro. Além do café, como dito anteriormente, a Borracha foi outro produto brasileiro que vale a pena compreender mais sobre a "sua época".



▲ Figura 16: Mapa do Brasil com ferrovias e navegação fluvial.

Fonte: MATTOS, C. M. Brasil - geopolítica e destino. 1975. p.46. Apud CAMPOS, Simone Martinoli Madeira. *Espaço Nacional e Amazônia*. 2003, p. 21. (mimeo)

b) A sociedade da borracha

DICAS

A Ford foi a primeira indústria fabricante de carros a se instalar no Brasil. Isso aconteceu no ano de 1919. Antes disso, em 1908, as indústrias Ford lançaram o modelo T, um carro muito resistente e econômico. Isso fez dele um enorme sucesso durante 20 anos.

A idéia da Ford era a seguinte: quanto mais cresciam as vendas, mais baixos ficavam os preços. E isso funcionou mesmo! Quando o Ford T foi lançado, custava 850 dólares e, em 1927, seu preço era de apenas 190 dólares.

Para ler mais a esse respeito acesse: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/henry-ford/henry-ford-1.php> Acesso em 27/04/2011.

ATIVIDADES

Pesquise sobre o período da belle époque no Brasil e em sua cidade. No fórum da disciplina socialize as informações encontradas com os demais colegas. Não se esqueça de informar os locais onde buscou as informações, disponibilizando a todos.

A produção de borracha no Brasil remonta ao contexto da região amazônica e não pode se prender exclusivamente ao século XX. Sendo assim, lembrar é fundamental. E lembrar o século XIX na província do Grão-Pará e do Maranhão é revisitar importantes espaços e momentos históricos. Nessa época, esses lugares apresentavam uma economia baseada nas ditas “drogas do sertão” e na agricultura do cacau, arroz e algodão; a exploração da borracha concentrava-se na região de Belém e ilhas próximas.

Podemos afirmar que a autonomia do Amazonas deu-se somente em 1850, a partir da criação da Província do Amazonas, com sede na cidade da Barra, que adotou o nome de Manaus, em 1856. A situação enfrentada nesse momento apontava para as dificuldades de mão-de-obra e capitais, comunicação e transporte e população escassa.

Diante desse contexto é relevante apontar que a extração da borracha induziu a uma forma de ocupação que gerou conflitos e disputas em virtude de interesses diversificados na região (seringueiros, posseiros, indígenas). Muitos brasileiros se dirigiram para o Amazonas, promovendo desenvolvimento urbano principalmente em Belém e Manaus. A mão-de-obra imigrante foi importante nesse processo de exploração da borracha, como podemos perceber. Para se ter uma ideia, 1 kg de borracha equivalia, em 1900 e 1950 a, respectivamente, 30 kg e 2 kg de arroz. Observamos que esse era um produto valorizado no início do século e era tão importante quanto outros produtos, a exemplo do café, embora não atingisse o mesmo patamar quantitativo.

As marcas deixadas no espaço urbano pelo período de exploração da borracha apontam, por exemplo, para a construção de uma grande estrada de ferro (Madeira-Mamoré), em 1907. Empreendimento moroso que só em 1912 foi inaugurado, época tardia para o *boom* da exploração de borracha que teve seu auge no final do século XIX. Indiscutivelmente, as cidades da região amazônica aproveitaram das

benesses do desenvolvimento econômico proporcionado pela extração da borracha, como a construção de Teatros, movimentação de pessoas, estruturação urbana e outros.

Há que se ressaltar que nesse momento houve a chamada questão do Acre. Os brasileiros que trabalhavam nos seringais foram se adentrando pela floresta e penetrando no território do país vizinho, a Bolívia. Como o Acre pertencia à Bolívia, essa contenda foi aos poucos resolvida pelo governo brasileiro, coroando o Acre como pertencente ao Brasil em 1903.

A partir dos anos 1920, para encorajar a ocupação e garantir uma atividade econômica estável, foram feitas várias concessões de terras, principalmente a empresários ou imigrantes estrangeiros, a exemplo da ocupação levada a cabo por Henry Ford, em 1926. (Veja a dica sobre a Ford).

Os nipônicos, a partir de 1929, começaram a fixar-se em vários pontos da região amazônica. Tomé-Açu, no Pará, tornou-se o assentamento mais importante, ficando famosa pela produção de pimenta, transformando-se no terceiro município em receita no Estado.

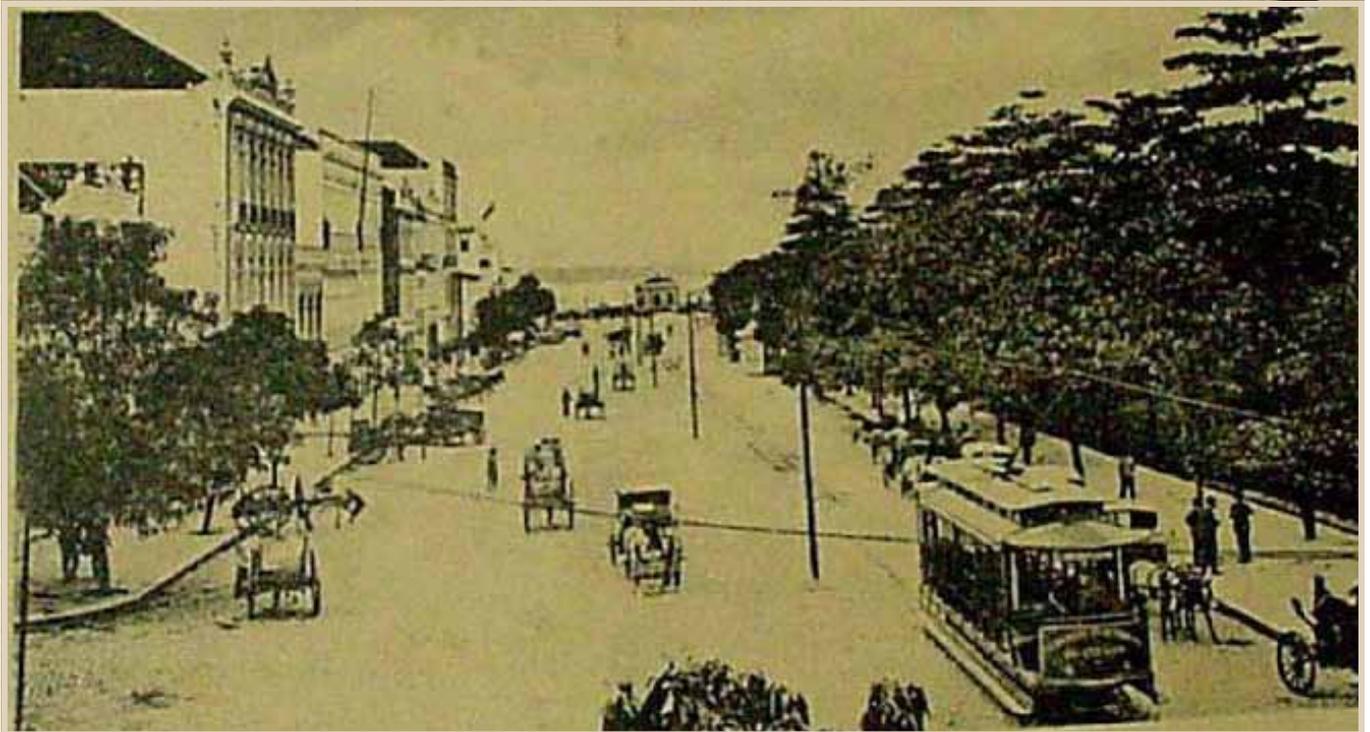
Alguns historiadores ainda usam o termo ciclo da borracha, o que não nos parece adequado, pois corremos o risco de pensar que a história se desenvolve em ciclos, excluindo outros modos de fazer. Todavia, tendo esse cuidado, vale destacar que tal terminologia (assim como os termos República Velha, Primeira República, pré e pós para determinados períodos, compartimentando o processo histórico) é recorrente na historiografia, mas certamente os que a utilizam sabem desse cuidado teórico-metodológico que consiste em não compartimentar o processo histórico apenas para “facilitar o seu entendimento”. De todo modo, podemos afirmar que houve um período de grande exploração e exportação da borracha de 1879 até aproximadamente 1920 e um segundo grande momento de 1942 a 1945. Ambos os períodos são ancorados no contexto de demanda internacional e de investidores estrangeiros no Brasil.

c) Os ideais de modernidade e a belle époque

Ao pensarmos a economia e a sociedade na Primeira República é fundamental compreender o viés cultural que move a sociedade brasileira nesse instante vivido. Optamos aqui em selecionar para você os ideais de modernidade que embalaram a chamada *belle époque*. Segundo Santos Junior em seu texto que discorre sobre a modernidade em Manaus, podemos entender que a mensagem era de que

A modernidade em Manaus não só substituiu a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transformou a paisagem natural, destruiu antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração (SANTOS JR, 1997, p.1).

A fotografia da época aponta para as alterações destacadas. Observe o bonde e a arborização, ideais modernos que são apresentados nesta figura.



Além de Manaus, o Rio de Janeiro será o grande baluarte dos ideais de modernidade no Brasil. A preocupação foi modernizar o Rio de Janeiro com vistas às reformas feitas em Paris, cidade modelo para tal concepção a partir das reformas de Haussmann de 1853 a 1870. No Brasil, ser moderno era viver no Rio de Janeiro, a nossa capital federal que apresentava maior núcleo de ferrovias, maior mercado consumidor e com capacidade de empregar significativa mão-de-obra nas indústrias. A meta de nossas elites republicanas era a de conjugar modernização, progresso e industrialização, apresentados no espaço urbano, o que terá lugar no Rio de Janeiro, por exemplo. A Avenida Central foi remodelada completamente, como já dissemos, inspirada em Paris. Desapareceram os becos e apareceram ruas largas mais apropriadas ao *footing*, mais agradável aos olhos das elites, segundo moldes europeus.

A respeito das reformas urbanas, vemos a contribuição de Needell (1993), citado por Patto (1999):

... o historiador J. Needell ressalta a diferença de propósitos das reformas urbanas da Paris da segunda metade do século passado e do Rio da segunda década republicana: o barão de Haussmann queria uma cidade bela, eficiente e saudável, mas também executar um plano urbanístico de natureza contra-revolucionária, atacando 'os bastiões da revolta da classe trabalhadora'; o engenheiro e prefeito carioca Pereira Passos tinha um plano de urbanização de caráter antitradicionalista, fincado em padrões de eficiência, saúde e beleza à europeia, mas queria também executar um ataque 'aos bastiões de um meio essencialmente brasileiro e sua cultura afro-brasileira, incompatível com a transformação do Rio em vitrine da Civilização' (NNEDELL, *apud* PATTO, 1999, p.197).

▲ Figura 17: Avenida Eduardo Ribeiro. Fonte: Anuário 1910, Museu Amazônico.

Fonte: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/1208/1075>
Acesso em 16/02/2011.

Figura 18: Avenida Central, Rio de Janeiro - 1905, atual Av. Rio Branco -

Fonte: www.bhpbrasil.spaces.live.com/Blog/cns!CBF475499EC8267314359.entry Acesso em 18/03/2011.

DICAS

Tanto em São Paulo como no Rio os relatórios técnicos dos sanitaristas terminavam encarecendo a necessidade de intervenção do poder público na prevenção de problemas de saúde pública, entre outras medidas, por meio da construção de casas populares baratas e higiênicas. Na São Paulo de 1886 o Código de Postura do Município já alertava para o perigo das epidemias, e continha um capítulo sobre cortiços, casas de operários e habitações dos pobres (38). Desde o fim do século XIX a questão da moradia popular estava no centro das atenções; depois da epidemia de febre amarela de 1893, a Administração Sanitária do Estado de São Paulo criou um Código Sanitário que determinava que fossem “proibidas as construções de cortiços e eliminados os já existentes”, além de normas rigorosas de construção e higiene de moradias, que inspetores sanitários tentavam fazer cumprir. Em 1917, o presidente da Liga Brasileira contra a Tuberculose denunciava, no I Congresso Médico Paulista, “a crise de domicílio do operariado” e seus efeitos maléficos sobre a saúde coletiva. A cidade foi reurbanizada em moldes semelhantes ao que se fazia no Rio, embora em menor escala: rasgaram-se avenidas e alamedas, construíram-se fontes públicas, expandiram-se as redes de água e esgotos, de iluminação pública e de transportes coletivos e criaram-se novos bairros.

Fonte: PATTO, Maria Helena Souza. **Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres**. *Estud. av.* [online]. 1999, vol.13, n.35, pp. 167-198. ISSN 0103-4014.



Acompanhando esse mesmo ímpeto, houve tentativa de “civilizar” o comportamento dos “populares”, buscando aparelhá-los aos modos europeus. O carnaval, por exemplo, sofrerá influência do modelo das colombinas e pierrôs, e a moda será direcionada no sentido de exigir que as pessoas que andassem no espaço público se vestissem com paletó e sapato. Na literatura podemos destacar a atuação de Bilac, como demonstra Marcela Cockell Mallmann:

Temos ainda em Olavo Bilac um importante representante da *Belle Époque* brasileira. O poeta e jornalista, defensor do estilo parnasiano era conhecido como príncipe dos poetas e assumiu o cargo de jornalista substituindo Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* em 1904. Sua escrita era marcada pela dualidade, enquanto sua poesia prezava pelo refinado e conservador estilo parnasiano sua prosa seguia o compasso da modernidade:

... encontra-se em Bilac, como representante da civilização e crítico do “atraso” urbano carioca, um perfeito porta-voz da *Belle Époque* carioca. Aí está a chave. Sua ironia e piedade estavam reservadas para seus compatriotas e serviam em grande parte para mascarar a vergonha e a raiva. Sua função na equipe de Pereira Passos não era mera conveniência, mas uma forte coincidência de interesses ideológicos – ele se identificava desesperadamente com o Rio ‘civilizado’, uma metamorfose da cidade e do cidadão que ele só podia imaginar em termos de cultura francesa (MALLAMANN, 2007, p.111).

Os ideais de modernidade permearam a sociedade e a cultura brasileiras de modo a marcá-la profundamente. Em jornais, revistas, nos cafés e em diferentes lugares no Brasil, a modernidade era falada e vivida, fotografada e escrita.

A figura abaixo demonstra o que se queria extirpar da sociedade: cortiços, sujeira, pobres, doenças. Vejamos a figura e a dica sobre essa temática.

Figura 19: Cortiço no Rio de Janeiro no começo do século XX

Fonte: <http://acertodecontas.blog.br/artigos/os-passos-de-pereira-nos-trilhos-da-modernizacao/> Acesso em 18/03/2011.



Todavia, vale destacar que a *belle époque* no Brasil tomou contornos diversos, podendo também ser chamada de “caipira”, pois significou:

A *Belle Époque* caipira era constituída especialmente pela ação de uma elite desejosa de modernizar-se. Desobrigados de qualquer ética, derribavam as matas, levando destruição, morte e grilagem às terras férteis do sertão. Tal qual verdadeiros flibusteiros, adentravam a hinterlândia e agiam com violência, amparados na legitimidade de um discurso constituído a partir da significação social positiva atribuída ao moderno. Assim, o café seguia impávido, ladrilhando as localidades outrora semeadas e levando os trilhos e silvos das locomotivas em seu rastro. Rápido, então, lugarejos cresciam e tomavam forma de cidades, tornando-se, assim, centros bafejados pela *força da grana que construía e destruía coisas belas*, um verdadeiro admirável mundo, que mesclava sem possibilidades de separação o arcaico e o novo. Era nesse contexto que as ambivalências da própria modernidade se somavam às contradições de um país e de um povo forjado sob o sopro da bricolagem e da imposição do poder público (DOIN *et. al.*, 2007, p. 95).

Referências

BICHARA, Conrado Ferranti. Resistência na veia. **Revista Desvendando a História**. São Paulo, ano 3, nº15, 2007, p.33-39.

CAMPOS, Simone Martinoli Madeira. **Espaço Nacional e Amazônia**. 2003, p. 21. (mimeo).

CAMPOS, Simone Martinoli Madeira. Espaço Nacional e Amazônia. Disponível em: http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/martinoli04-amazonia/Espaco-nacional-e-Amazonia.pdf Acesso em 16/02/2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (dir). **O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004, p.15 a 50. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.1).

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. *Dados* [online]. 1997, 16p. vol. 40, n.2 ISSN 0011-5258. doi: 10.1590/S0011-52581997000200003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext Acesso em 10/06/2010.

DEL RIO, J. M. V. Etnografia das Fronteiras políticas e sociais na Amazônia ocidental. *Cadernos Críticos de Geografia Econômica*, v.13, n.292. 1/jun/2009.

DOIN, José Evaldo de Mello; PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro and PACANO, Fábio Augusto. **A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930)**. *Rev. Brasileira de História*. [online]. 2007, vol.27, n.53, pp. 91-122. ISSN 0102-0188.

DORATIOTO, Francisco. Projeção brasileira na América do Sul. *Nossa História*. Ano 3, n.25, Nov/2005, p. 24-7

FAUSTO, Boris (dir). **O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004, p.155 a 190. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.1)

FAUSTO, Boris (dir). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.2t.

MAGNOLI, Demétrio. Um Ilha chamada Brasil. *Nossa História*. Ano 3, n.25, Nov/2005, p. 14-19.

MALLMANN, Marcela Cockell. **Pelos Becos e Pela Avenida da Belle Époque Carioca**. *Revista Soletas*, ano X, nº 20, jul./dez.2010. São Gonçalo: UERJ, 2010.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das Metrôpoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

PATTO, Maria Helena Souza. **Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres**. *Estud. av.* [online]. 1999, vol.13, n.35, pp. 167-198. ISSN 0103-4014.

QUEIROZ, Marçal de Queiroz. A administração provincial do Grão-Pará e as propostas de imigração, colonização e povoamento do Vale Amazônico (1875-1889). In: COELHO, Mauro Cezar (org). *Meandros da História*. Belém: Unamaz, 2005, p. 248-70.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (dir). **O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004, p.155 a 190. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.1).

SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. Manaus da Belle Époque: um cotidiano em tensão. A Utopia da Modernidade na cidade disciplinar de 1890 a 1920. *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Ano 2, n.1, março 2007, ISSN 19800339. Disponível em : <http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/download/CadernosDeHistoria-03-08-Livre.pdf> Acesso em 16/02/2011.

SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. A imposição da modernidade na Manaus da Borracha. *Cadernos de Pesquisa CDHis* – n 36/37, ano 20, p.119-31, 2007. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/1208/1075> Acesso em 16/02/2011.

SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.